



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA

ESTADO DE MINAS GERAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0000.20.508699-4/001

O **MUNICÍPIO DE ALAGOA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Manoel Mendes de Carvalho, 164 Centro – Alagoa/MG, CEP 37.458-000, CNPJ 18.186.346/0001-91 já qualificado nos autos do processo, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, se manifestar com relação ao despacho de ordem 171, pelo que passa a expor e requerer:

1. Síntese:

O nobre relator proferiu despacho no seguinte teor:

“Nos termos do art. 10 do CPC, intime-se o agravante para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o cabimento do presente Agravo de Instrumento tendo em vista o rol do art. 1.015 do CPC e a discussão presente sobre legitimidade e competência”.

2. Do cabimento do recurso:

Conforme frisamos, o juízo de primeiro grau proferiu DECISÃO, com o seguinte teor:

“Permanece a legitimidade do Município em razão da possibilidade da prática de atos administrativos que de alguma forma viabilizasse a realização de construções ou prática de atos pelas empresas, ora pertencentes ao pólo passivo.

Quanto à competência já foi intimada a União que requereu a provocação da Procuradoria Federal (ID 353053426), o que será determinado, para só então decidir-se de maneira efetiva quanto ao pleito de deslocamento da competência.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

Assim, como já indicado, considerando o “fumus boni juris” decorrente da arguição de que a forma de licenciamento setorizado acabou por gerar uma simplificação da implantação do empreendimento, em detrimento do impacto ambiental e social gerado, bem como considerando o “periculum in mora” decorrente da ampliação das obras, com aumento do possível dano ambiental, que tornará dificultada a regeneração ou o seu restabelecimento, DEFIRO A LIMINAR, PELO PRAZO DE 120 DIAS (que entendo como prazo suficiente para o autor comprovar nos autos, de maneira concreta e objetiva sua tese inicial) para:

(...)

3) DETERMINAR ao Município de Alagoa que se abstenha de conceder qualquer declaração de conformidade, autorização ou licença aos empreendimentos NAVITAS ENERGIA SACRAMENTO II e NAVITAS ENERGIA SACRAMENTO III. O descumprimento da liminar acarretará ao infrator a multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). INTIMEM-SE”.

Assim, o nobre magistrado manteve o município no polo passivo e não decidiu sobre a incompetência do juízo, a revelia da **questão de ordem público que envolve os temas** em questão.

Da decisão que antecipou a tutela em desfavor do município, mantendo-o no polo passivo e por juízo incompetente, apresentamos agravo de instrumento.

Reafirmamos que a decisão recorrida tem caráter antecipatório, o que desafia Agravo de Instrumento, nos termos do inciso I do artigo 1.015 do CPC, senão vejamos:

2.1. Quanto a ilegitimidade de parte:

A ilegitimidade de parte é matéria de ordem pública e pode ser arguida em qualquer grau de jurisdição, contudo questão é sujeita a preclusão. Portanto, é necessário o recurso na espécie.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. ILEGITIMIDADE ATIVA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. QUESTÃO DECIDIDA ANTERIORMENTE. PRECLUSÃO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ANUÊNCIA DO AGENTE FINANCIADOR. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INAPLICABILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. **Ainda que a ilegitimidade ativa seja matéria de ordem pública, sujeita a apreciação a qualquer tempo nas instâncias ordinárias, incide a preclusão quando a questão já tenha sido decidida anteriormente.** Precedentes. 3. A questão da ausência do agente financiador à cessão de contrato celebrado no âmbito do SFH não foi suscitada no recurso especial, inviabilizando que seja levantada em agravo interno, por configurar inovação recursal. 4. A mera interposição de recurso cabível não enseja litigância de má-fé, ainda que mediante a utilização de argumentos já refutados nas instâncias ordinárias. 5. Agravo interno não provido". (AgInt no REsp 1861606/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/2020, DJe 11/05/2020)

Nessa linha, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA - RETIFICAÇÃO DA PARTE RÉ - DECISÃO AGRAVÁVEL - PRECLUSÃO - ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 338 DO CPC - DESCABIMENTO.

- **Ainda que se trate de matéria de ordem pública, proferida decisão sobre a ilegitimidade passiva e não agravada no momento oportuno, opera-se a preclusão, haja vista o disposto no art. 507 do CPC, "é vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão". Precedentes do STJ.**

- Considerando que a retificação do polo passivo ocorreu em razão do falecimento do réu/devedor (originário) e não por sua ilegitimidade, não há de se aplicar o parágrafo único do art. 338 do CPC, que prevê honorários advocatícios ao procurador do réu excluído da lide. (TJMG - Apelação Cível 1.0514.18.003627-9/001, Relator(a): Des.(a) Sérgio André da Fonseca Xavier, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/05/2020, publicação da súmula em 22/05/2020)"

"APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO INDENIZATÓRIA - PRIMEIRA APELAÇÃO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA - REJEIÇÃO EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - MATÉRIA PRECLUSA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - VIA PRESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO MUNICÍPIO - ANIMAL NA PISTA - ELEMENTOS - FATO OU CONDUTA DO PODER PÚBLICO, DANO EFETIVO E NEXO DE CAUSALIDADE - PRESENÇA NO CASO CONCRETO - VIA URBANA - CIRCUNSCRIÇÃO MUNICIPAL - CIRCULAÇÃO RECORRENTE DE ANIMAIS - DEVER





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA GARANTIR O TRÂNSITO SEGURO - COLISÃO COM ANIMAL - LESÕES E SEQUELAS - DANO MORAL - POTENCIALIDADE OFENSIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS - DANO MATERIAL - EXISTÊNCIA E EXTENSÃO COMPROVADAS - DEVER DE REPARAÇÃO EXISTENTE - MONTANTE INDENIZATÓRIO - CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - SEGUNDA APELAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE RECURSAL - OCORRÊNCIA - APELO NÃO CONHECIDO - TERCEIRA APELAÇÃO - PEDIDO DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA - ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA NÃO COMPROVADA - INDEFERIMENTO - CONECTIVOS LEGAIS - ÍNDICES - APLICAÇÃO CONJUNTA DOS PRECEDENTES VINCULANTES FORMADOS NOS JULGAMENTOS DO RE Nº 870947/SE (TEMA 810) DO STF E DO RESP. Nº 1495146/MG (TEMA 905) DO STJ.

A rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva em decisão de saneamento (decisão interlocutória) deve ser impugnada a tempo e por recurso próprio, de modo que a inércia da parte enseja a configuração de preclusão sobre a matéria. (...) (TJMG - Apelação Cível 1.0693.16.011042-7/001, Relator(a): Des.(a) Leite Praça, 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 02/04/2020, publicação da súmula em 17/04/2020) - grifo nosso.

Ademais dispõe o Tema 988 do colendo STJ que o rol do artigo 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada. Colaciono:

“O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação”.

Assim sendo, uma vez que, a teor do artigo 507 do CPC incide a preclusão quando a questão já tenha sido decidida anteriormente, considerando que **a manutenção do município em polo passivo processual se deu em sede de decisão de antecipação de efeitos da tutela, e que o desgaste processual é custoso e notadamente desnecessário**, sendo a matéria de ordem pública e podendo ser arguida em qualquer grau de jurisdição, sustentamos o cabimento do Agravo de Instrumento.

2.2. Quanto a incompetência absoluta do juízo:

Conforme sustentado, a decisão tem caráter antecipatório e desafia o agravo de instrumento, mas com relação competência do juízo ainda há outra especificidade.

É que, nos termos já demonstrados no item anterior, o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça assentou o seguinte entendimento sobre o cabimento de Agravo de Instrumento relacionado a decisão relativa a competência do juízo:

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

(...)

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda. 6. Recurso Especial provido”. (REsp 1679909 / RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 01/02/2018. Grifo nosso.

Porquanto, a taxatividade rol previsto no artigo 1.015 é mitigada, e a interpretação do inciso III deve ser analógica, decisão relativa à competência desafia o recurso de agravo de instrumento.

Sendo esta **questão de ordem pública**, o magistrado deveria ter conhecido de ofício e não o fez, cabendo, *data vênia*, ao segundo grau de jurisdição reparar esta questão.

3. Do prequestionamento:

A decisão interlocutória que mantém o município no polo passivo por juízo incompetente desafia o Agravo de Instrumento, já que estas questões devem ser resolvidas de plano, afim de evitar a manutenção custosa, morosa e desnecessária do ente municipal no polo passivo.

A matéria é de ordem pública e nesse corolário, seria totalmente injusto submeter o município a suportar o processo até a sentença final e, pior, sob julgamento de autoridade





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA

ESTADO DE MINAS GERAIS

incompetente, posto que **ninguém será processado** nem sentenciado **senão pela autoridade competente**, conforme preconiza a CF/88.

Assim, caso não seja conhecido o recurso, o que colocamos no campo hipotético, suscitamos que haverá ofensa ao disposto nos artigos 507 e 1.015 do CPC, além do dissenso ao AgInt no REsp 1861606/RS, REsp 1679909 / RS e tema 988 do STJ.

Resta, portanto, prequestionada a matéria.

4. Pedidos:

Ante o exposto, requer o processamento do Agravo de Instrumento, para que haja reforma da decisão com reconhecimento de **ilegitimidade de parte do Município de Alagoa para figurar no polo passivo** da demanda e **seja declarada a incompetência do juízo** para processar e julgar o presente feito, remetendo-se os autos à Justiça Federal.

Termos em que, pede deferimento.

Alagoa, 31 de agosto de 2020.

JOÃO ARAUJO
OAB/MG 142.591

